{k0} # Cadastre-se

Autor: symphonyinn.com Palavras-chave: {k0}

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticam lei iraquiana anti-LGBTQ+

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticaram uma lei aprovada pelo parlamento iraquiano no fim de semana passado que impõe pesadas penas de prisão para pessoas LGBTQ+ e transexuais.

O porta-voz do departamento de estado dos EUA, Matthew Miller, disse **{k0}** um comunicado que a lei aprovada na sexta-feira "ameaça as pessoas mais vulneráveis da sociedade iraquiana" e "pode ser usada para obstruir a livre-expressão e a fala". Ele alertou que a legislação pode afastar investimentos estrangeiros.

"Coalizões internacionais de negócios já indicaram que tal discriminação no Iraque prejudicará os negócios e o crescimento econômico do país", disse.

David Cameron, o secretário de relações exteriores do Reino Unido, chamou a lei de "perigosa e preocupante".

Contexto cultural

Embora a homossexualidade seja tabu na sociedade iraquiana conservadora **{k0}** geral, e os líderes políticos têm lançado periódicamente campanhas anti-LGBTQ+, o Iraque não possuía uma lei que criminalizasse explicitamente isso.

A lei foi aprovada com pouca atenção como emenda à lei antiprostituição existente. Impõe uma sentença de 10 a 15 anos por relações homossexuais e uma pena de prisão de um a três anos para pessoas que realizam ou se submetem a cirurgias de transição de gênero e para "prática intencional de efeminidade".

Impactos da lei

A lei também proíbe qualquer organização que promova "a perversão sexual", impõe uma pena de pelo menos sete anos e uma multa mínima de 10 milhões de dinares iraquianos (aproximadamente £6.000).

Uma versão anterior do projeto de lei antiprostituição teria permitido a pena de morte para relações homossexuais.

Autoridades iraquianas defendem a lei como mantendo valores sociais e retratam as críticas a ela como interferência ocidental.

Oficiais iraquianos têm caracterizado a votação como um passo necessário para "proteger a estrutura de valores da sociedade" e "proteger nossas crianças de chamados para a perversão moral e homossexualidade".

Rasha Younes, pesquisadora sênior do Programa LGBT Rights na Human Rights Watch, disse que a aprovação da lei "sela a infame trilha do Iraque de violações de direitos contra pessoas LGBT e transexuais e é um duro golpe nos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e associação, privacidade, igualdade e não discriminação".

Partilha de casos

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticam lei iraquiana anti-LGBTQ+

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticaram uma lei aprovada pelo parlamento iraquiano no fim de semana passado que impõe pesadas penas de prisão para pessoas LGBTQ+ e transexuais.

O porta-voz do departamento de estado dos EUA, Matthew Miller, disse **{k0}** um comunicado que a lei aprovada na sexta-feira "ameaça as pessoas mais vulneráveis da sociedade iraquiana" e "pode ser usada para obstruir a livre-expressão e a fala". Ele alertou que a legislação pode afastar investimentos estrangeiros.

"Coalizões internacionais de negócios já indicaram que tal discriminação no Iraque prejudicará os negócios e o crescimento econômico do país", disse.

David Cameron, o secretário de relações exteriores do Reino Unido, chamou a lei de "perigosa e preocupante".

Contexto cultural

Embora a homossexualidade seja tabu na sociedade iraquiana conservadora **{k0}** geral, e os líderes políticos têm lançado periódicamente campanhas anti-LGBTQ+, o Iraque não possuía uma lei que criminalizasse explicitamente isso.

A lei foi aprovada com pouca atenção como emenda à lei antiprostituição existente. Impõe uma sentença de 10 a 15 anos por relações homossexuais e uma pena de prisão de um a três anos para pessoas que realizam ou se submetem a cirurgias de transição de gênero e para "prática intencional de efeminidade".

Impactos da lei

A lei também proíbe qualquer organização que promova "a perversão sexual", impõe uma pena de pelo menos sete anos e uma multa mínima de 10 milhões de dinares iraquianos (aproximadamente £6.000).

Uma versão anterior do projeto de lei antiprostituição teria permitido a pena de morte para relações homossexuais.

Autoridades iraquianas defendem a lei como mantendo valores sociais e retratam as críticas a ela como interferência ocidental.

Oficiais iraquianos têm caracterizado a votação como um passo necessário para "proteger a estrutura de valores da sociedade" e "proteger nossas crianças de chamados para a perversão moral e homossexualidade".

Rasha Younes, pesquisadora sênior do Programa LGBT Rights na Human Rights Watch, disse que a aprovação da lei "sela a infame trilha do Iraque de violações de direitos contra pessoas LGBT e transexuais e é um duro golpe nos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e associação, privacidade, igualdade e não discriminação".

Expanda pontos de conhecimento

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticam lei iraquiana anti-LGBTQ+

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticaram uma lei aprovada pelo parlamento iraquiano

no fim de semana passado que impõe pesadas penas de prisão para pessoas LGBTQ+ e transexuais.

O porta-voz do departamento de estado dos EUA, Matthew Miller, disse **{k0}** um comunicado que a lei aprovada na sexta-feira "ameaça as pessoas mais vulneráveis da sociedade iraquiana" e "pode ser usada para obstruir a livre-expressão e a fala". Ele alertou que a legislação pode afastar investimentos estrangeiros.

"Coalizões internacionais de negócios já indicaram que tal discriminação no Iraque prejudicará os negócios e o crescimento econômico do país", disse.

David Cameron, o secretário de relações exteriores do Reino Unido, chamou a lei de "perigosa e preocupante".

Contexto cultural

Embora a homossexualidade seja tabu na sociedade iraquiana conservadora **{k0}** geral, e os líderes políticos têm lançado periódicamente campanhas anti-LGBTQ+, o Iraque não possuía uma lei que criminalizasse explicitamente isso.

A lei foi aprovada com pouca atenção como emenda à lei antiprostituição existente. Impõe uma sentença de 10 a 15 anos por relações homossexuais e uma pena de prisão de um a três anos para pessoas que realizam ou se submetem a cirurgias de transição de gênero e para "prática intencional de efeminidade".

Impactos da lei

A lei também proíbe qualquer organização que promova "a perversão sexual", impõe uma pena de pelo menos sete anos e uma multa mínima de 10 milhões de dinares iraquianos (aproximadamente £6.000).

Uma versão anterior do projeto de lei antiprostituição teria permitido a pena de morte para relações homossexuais.

Autoridades iraquianas defendem a lei como mantendo valores sociais e retratam as críticas a ela como interferência ocidental.

Oficiais iraquianos têm caracterizado a votação como um passo necessário para "proteger a estrutura de valores da sociedade" e "proteger nossas crianças de chamados para a perversão moral e homossexualidade".

Rasha Younes, pesquisadora sênior do Programa LGBT Rights na Human Rights Watch, disse que a aprovação da lei "sela a infame trilha do Iraque de violações de direitos contra pessoas LGBT e transexuais e é um duro golpe nos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e associação, privacidade, igualdade e não discriminação".

comentário do comentarista

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticam lei iraquiana anti-LGBTQ+

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticaram uma lei aprovada pelo parlamento iraquiano no fim de semana passado que impõe pesadas penas de prisão para pessoas LGBTQ+ e transexuais.

O porta-voz do departamento de estado dos EUA, Matthew Miller, disse **{k0}** um comunicado que a lei aprovada na sexta-feira "ameaça as pessoas mais vulneráveis da sociedade iraquiana" e "pode ser usada para obstruir a livre-expressão e a fala". Ele alertou que a legislação pode

afastar investimentos estrangeiros.

"Coalizões internacionais de negócios já indicaram que tal discriminação no Iraque prejudicará os negócios e o crescimento econômico do país", disse.

David Cameron, o secretário de relações exteriores do Reino Unido, chamou a lei de "perigosa e preocupante".

Contexto cultural

Embora a homossexualidade seja tabu na sociedade iraquiana conservadora **{k0}** geral, e os líderes políticos têm lançado periódicamente campanhas anti-LGBTQ+, o Iraque não possuía uma lei que criminalizasse explicitamente isso.

A lei foi aprovada com pouca atenção como emenda à lei antiprostituição existente. Impõe uma sentença de 10 a 15 anos por relações homossexuais e uma pena de prisão de um a três anos para pessoas que realizam ou se submetem a cirurgias de transição de gênero e para "prática intencional de efeminidade".

Impactos da lei

A lei também proíbe qualquer organização que promova "a perversão sexual", impõe uma pena de pelo menos sete anos e uma multa mínima de 10 milhões de dinares iraquianos (aproximadamente £6.000).

Uma versão anterior do projeto de lei antiprostituição teria permitido a pena de morte para relações homossexuais.

Autoridades iraquianas defendem a lei como mantendo valores sociais e retratam as críticas a ela como interferência ocidental.

Oficiais iraquianos têm caracterizado a votação como um passo necessário para "proteger a estrutura de valores da sociedade" e "proteger nossas crianças de chamados para a perversão moral e homossexualidade".

Rasha Younes, pesquisadora sênior do Programa LGBT Rights na Human Rights Watch, disse que a aprovação da lei "sela a infame trilha do Iraque de violações de direitos contra pessoas LGBT e transexuais e é um duro golpe nos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e associação, privacidade, igualdade e não discriminação".

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: {k0}

Palavras-chave: **{k0}** # Cadastre-se Data de lançamento de: 2024-08-20

Referências Bibliográficas:

1. sortudoslots

- 2. algoritmo casino online
- 3. estrela bet a maior casa de apostas do brasil
- 4. fazer aposta pela internet